

A lógica mercantil-privada na relação entre educação e economia no ensino superior**The mercantile-private logic in the relationship between education and economy in higher education****La lógica mercantil-privada en la relación entre educación y economía en la educación superior**Fernando Rodrigo Andrian¹Allan Silva Coelho²

Resumo: Na hegemonia da doutrinação neoliberal, a economia capitalista expande sua influência para diferentes esferas da vida humana. Em novos modos de articular a economia e a educação, a partir dos processos de imposição da lógica mercantil, da submissão absoluta ao mercado no Ensino Superior, bem como da privatização de sua finalidade pela cooptação do sentido antropológico da formação humana. A crítica destes processos se realiza na dialética entre base econômica material e o universo da significação da vida. A revisão teórica aponta elementos como a centralidade do consumo, o redimensionamento do tempo, do controle, da padronização, do trabalho docente em vistas à produtividade, que apontam a substituição de um projeto de sociedade à maximização dos lucros de conglomerados empresariais.

Palavras-chave: Mercantilização; fetichismo; ensino superior.

Abstract: In the hegemony of neoliberal indoctrination, the capitalist economy expands its influence to different spheres of human life. In new ways of articulating the economy and education, based on the processes of imposing mercantile logic, the absolute submission to the market in Higher Education, as well as the privatization of its purpose through the co-option of the anthropological sense of human formation. The criticism of these processes takes place in the dialectic between the material economic base and the universe of meaning of life. The theoretical review highlights elements such as the centrality of consumption, the resizing of time, control, standardization, teaching work with a view to productivity, which point to the replacement of a society project with the maximization of profits from business conglomerates.

Keywords: Commodification; fetishism; higher education.

Resumen: En la hegemonía del adoctrinamiento neoliberal, la economía capitalista expande su influencia a diferentes esferas de la vida humana. En nuevas formas de articular la economía y la educación, basadas en los procesos de imposición de la lógica mercantil, el sometimiento absoluto al mercado en la Educación Superior, así como la privatización de su finalidad a través de la cooptación del sentido antropológico de la formación humana. La crítica a estos procesos se da en la dialéctica entre la base económica material y el universo de sentido de la vida. La revisión teórica destaca elementos como la centralidad del consumo, la redimensionamiento del tiempo, el control, la estandarización, el trabajo docente con miras a la productividad, que apuntan a la sustitución de un proyecto de sociedad por la maximización de las ganancias de los conglomerados empresariales.

Palabras clave: Commodification; fetishism; higher education.

¹ Universidade São Francisco

² Universidade São Francisco

Introdução

O ensino superior no Brasil passou por profundas transformações com a hegemonia do pensamento neoliberal, em especial a partir da década de 1990. Ainda, se nos governos Lula-Dilma houve a retomada de investimentos em universidades públicas que outrora havia sido interrompida, também é nesse período que há um forte processo de transferência da responsabilidade da formação no ensino superior do Estado para a iniciativa privada com o fomento e alavancagem de programas de financiamento público como o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento Estudantil (FIES). Ambos criaram, intencionalmente ou não, um cenário que modifica o quadro geral das políticas do ensino superior em sintonia com os princípios de orientação pelo mercado, característicos da ideologia neoliberal. Neste momento, não apenas se acentua o processo de mercantilização da educação, como também de sua mercadorização com a progressiva privatização dos sentidos mais gerais da educação superior, voltada para a lógica e dinâmica econômica (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017).

Na virada do ano de 2022 para 2023, uma publicação no site “Poder 360” destacou em seu título: “Mercado de ensino superior tem concentração recorde”³. A reportagem informa que, no 1º semestre de 2022 somente, foram feitas 39 transações como aquisições ou fusões entre empresas do ramo do ensino superior. Em 2021 foram um total de 52 transações, perdendo apenas para o primeiro ano em que as grandes empresas, já consolidadas do setor do mercado de educação do ensino superior, começaram a abrir seu capital. Consolidaram-se três grandes conglomerados educacionais no Brasil. O primeiro, a Cogna Educação (antiga Kroton/Anhanguera), naquele momento com cerca de 844 mil estudantes. Em segundo, o grupo Yduqs (Estácio, IBMEC, Damásio) com cerca de 704 mil estudantes. Em terceiro, a VITRU (Uniasselvi e Unicesumar), com cerca de 694 mil estudantes. Apontam o setor educacional como de forte interesse para investidores internacionais na perspectiva de alcançar grandes lucros.

Comparando os dados da reportagem com o “Resumo Técnico do Censo da Educação Superior” em 2021, em relação ao número de estudantes ingressantes do ensino superior entre 2011 e 2020, houve um crescimento de 74,5% nas IES’s privadas e 7,4% nas públicas. Em 2020, foram 3.238.469 (86%) de ingressantes nas IES’s privadas e 527.006 (14%) nas

³ Disponível em <https://www.poder360.com.br/economia/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde/>, 24 dez. 2022.

instituições públicas⁴. As conclusões da reportagem, que indicam que os três grupos detêm 33% do total de matriculados, não expressam nada muito surpreendente uma vez que a alguns anos Bianchetti e Sguissardi (2017) já alertavam para a tendência à formação de oligopólio e com isso o domínio não somente do sistema econômico sobre o sistema educacional, mas o controle do mercado por poucas empresas, com forte padronização e exigência de performance empresarial.

Neste contexto, refletimos sobre as diferentes maneiras de articular a relação entre a economia e a educação em um processo contínuo de desdiferenciação de esferas (JAMESON, 2001) em que, sob a hegemonia do sistema capitalista e a doutrinação neoliberal, as instituições de ensino superior e o mercado econômico estabelecem profunda afinidade, com consequências diretas para a formação humana em nossa época. Como tais relações são múltiplas, procuramos nos ater à problematização das formas de privatização, mercantilização e mercadorização da educação superior no Brasil, com foco nas instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos.

Esta abordagem parte dos estudos de Lucídio Bianchetti e Valdemar Sguissardi (2017) e dialoga com as concepções de teoria do fetichismo, uma tradição marxista que desde a América Latina encontra ressonância em autores como Franz Hinkelammert, Hugo Assmann e Jung Mo Sung (COELHO, 2021c), e a obra de referência de Christian Laval “*A escola não é uma empresa*” (2019). A articulação parte da provocação do subtítulo do livro de Bianchetti e Sguissardi que afirma “de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado”, permitindo-nos relacionar com Hugo Assmann e Jung Mo Sung na crítica do capitalismo como religião, sem perder a sintonia com a perspectiva de que, na interseção entre os sistemas econômicos e educacional, como afirma Laval, “as instituições em geral e a escola em particular só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia” (LAVAL, 2019, p.32).

Designamos o sistema capitalista (em toda sua expressão, bem como em sua variação neoliberal) como sistema econômico que, como mesmo sugere Marx, também se torna sistema social (com pontos de convergência com Dardot e Laval que afirmam o neoliberalismo como uma nova *racionalidade*), e a educação no ensino superior, a metodologia pedagógica e processo de ensino/aprendizagem como sistema educacional. O artigo está estruturado em duas partes: a primeira aponta para a interseção entre os dois sistemas, principalmente o quanto o

⁴ Conforme Tabelas complementares do “*Resumo Técnico...*” (2023), em especial a partir da página 75.

ensino superior no Brasil passou pelo processo de sua *commoditycidade* (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017), e segunda parte aponta elementos de seu suporte ideológico.

A intersecção dos sistemas educacional e econômico

F. Jameson (2001) aponta como característica desta fase do capitalismo a desdiferenciação entre as esferas da vida moderna. Esta perda de limites e diferenças não acontece de qualquer forma ou direção, mas sempre indica uma colonização da esfera econômica sobre outras dimensões da vida humana. No caso da educação, como vêm afirmando pesquisas que relacionam o fetichismo e o pensamento crítico, a desdiferenciação inclui a modificação da finalidade da prática educativa e sua transformação em duplo sentido econômico, seja na extração de lucros, seja na formação do chamado “capital humano” para a extração de mais valia.

Nesse sentido, “a competitividade econômica é também competitividade do sistema educacional” (LAVAL, 2019, p.29). Para Laval, no período pós-guerra, com o crescimento econômico, o avanço industrial e o compromisso com o *welfare state*, a educação foi sendo desenhada conforme as necessidades de especialização de mão de obra para o mercado de trabalho. É uma lenta superação da educação com a finalidade burguesa-cidadã de formação para o contrato social. Em última instância, agora, é a satisfação das exigências do sistema econômico.

Nesta direção ocorrem diversas intervenções e processos de reformas empresariais da educação para os princípios do mercado. Como mercadoria educacional, gera lucro. Como estratégia, forma certo tipo de mão de obra para um novo mercado de trabalho.

O Estado colabora ativamente na configuração de um novo modelo econômico (de negócios), apoiado na noção de “capital humano”, transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade da formação de certa mão de obra, impulsionando a constituição de um mercado educacional que estaria integrado ao sistema econômico (e não do sistema educacional). As reformas do ensino superior permitem às IES's novos padrões que favoreçam a produtividade e competitividade na geração de “egressos” para o mercado de trabalho. Segundo Laval,

uma dupla transformação tende a redefinir a articulação entre escola e economia em sentido radicalmente utilitarista: Se um lado, a forte concorrência dentro de um espaço econômico globalizado; de outro, o papel

cada vez mais determinante da qualificação e do conhecimento na concepção, na produção e na venda de bens e serviços (LAVAL, 2019, p. 29).

Nesta ideologia, segundo Dardot e Laval (2016), submetidos às regras do mercado, os processos educacionais necessitariam de menor grau de intervenção do Estado por se tratar de um processo de autoformação do sujeito econômico, ou seja, o processo econômico constrói e molda seu próprio sujeito. O papel do Estado se reduz à regulamentar e definir os padrões e diretrizes para as IES's no que tange à formação não mais do sujeito humano, mas do sujeito econômico; orientando-se para competências e conteúdo que o “mercado de trabalho” (um subsistema do sistema econômico) requer ou exige. Evidentemente, esta orientação é muito divergente de qualquer proposta educativa formulada visando à educação libertadora, como as propostas de Paulo Freire (2022), ou da descrição de um projeto de educação pública, gratuita e obrigatória, que ambicionava separar o talento escolar do poderio econômico de forma que o dinheiro não poderia ser o principal critério de distinção entre os estudantes, como argumenta Laval (2019). Trata-se de uma superação do modelo cívico moderno em que os valores culturais no sistema educacional deveriam preparar o cidadão enquanto indivíduo, bem como de uma impossibilidade de uma práxis educacional de libertação (COELHO, 2012, 2018).

Podemos dizer, acompanhando outros estudos (CATINI, 2020, CÁSSIO, 2019, MALAFATTI, 2022), que o direito à educação do cidadão, um fundamento da sociedade moderna, é transmutado em estratégia de utilidade para ingresso no mercado de trabalho, a partir de princípios do próprio mercado econômico, adquirido como mercadoria no mercado educacional pelos seus clientes-consumidores.

As políticas neoliberais reduzem o papel do Estado na garantia do acesso à educação em favor da ampliação do espaço da iniciativa privada empresarial. Intencionalmente ou não, acabaram por diminuir sua capacidade de criação de políticas públicas para o ensino superior. No mesmo movimento, a educação conformada a uma mercadoria permite que investidores do sistema econômico estabeleçam estruturas e formas de obtenção de lucros por meio da venda de serviços educacionais (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017). Para tanto, aplicou-se no sistema educacional, agora orientado em sua finalidade e concepção pelo sistema econômico (mercado educacional), modelos de gestão que possam garantir o crescimento e alavancagem financeira, com objetivo maior de lucro, retorno de investimentos e potencializar o valor de mercado.

Em certa perspectiva, houve estratégias de padronização operacional e educacional para obter escala (volume) e produtividade, o que resultou na interferência sobre “o que ensinar”

quando dividiu-se o sistema educacional em diversos cursos e áreas, usando a mesma lógica da divisão do trabalho que Dardot e Laval (2016) referem como segmentação da informação e do conhecimento. Para os autores, numa sociedade com plena divisão do trabalho, ninguém precisa saber de tudo, de modo que as informações e conhecimento são estruturalmente dispersos.

Bianchetti e Sguissardi afirmam que

Quando a educação se torna uma mercadoria, a baixa qualidade formativa não somente é prioridade, como passa a ser uma necessidade. Afinal, quanto maior o exército de analfabetos, ou analfabetos funcionais, maiores serão as chances de oferecer serviços em forma de cursos fast food. E desta maneira, serviços ‘educacionais’ compensatórios e voltados aos interesses imediatos de empresa passam a ser o cânone, descaracterizando a quase milenar proposta/missão da hoje (ex) universitas (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017, p. 105).

No Brasil, com a criação dos Cursos Superiores em Tecnologia (CST) com duração de 2 ou 3 anos, o estudante pode receber formação focada em determinada área, trazendo assim maior volume de egressos (escala) em menor tempo (produtividade) e com grau de especialização específica (segmentação do conhecimento). Um egresso formado em um Curso Superior de Tecnologia em Gestão Financeira, por exemplo, estará preparado para trabalhar no mercado de trabalho na área financeira, mas dificilmente em outra área. Assim como ocorre com diversos cursos formados não para produzir o saber da área, mas baseados na “necessidade imediata” do mercado de trabalho, subsistema do sistema econômico.

Em um primeiro modelo, do “capital humano” espera-se determinadas competências de aplicabilidade imediata no contexto atual, em uma educação voltada para o sujeito econômico que cumpre determinadas tarefas dentro de suas funções, cargos e profissões. A formação “fast food” não se preocuparia com um projeto de sociedade a construir, mas sim com uma oportunidade de mais valia a extrair no contexto de agora. A padronização da formação é um dos elementos principais para redução de custos e aumento da lucratividade das empresas que atuam no mercado educacional. A geração de conhecimento ou até mesmo a transformação social por meio da educação são preocupações secundárias.

O segundo modelo de gestão estaria relacionado ao marketing ou como o mercado educacional passou a atrair seus consumidores-estudantes. Um aspecto é o que Laval (2019) chama de “*marketing of school*” o que seria a criação de sistemas educacionais padronizados e formatados, ou a materialização do conhecimento, recursos e conteúdo que são comercializados como “pacotes”, “sistemas” ou marcas pelas empresas que as desenvolvem. Ainda segundo o autor, dentro desse mercado, há empresas que somente criam e produzem os materiais dentro

de uma sistemática ou metodologia e vendem para outras aplicarem; ou ainda empresas completas que abrangem toda cadeia logística e produtiva do mercado educacional. Algumas no Brasil, além da abrangência horizontal, possuem abrangência vertical, oferecendo soluções educacionais que vão desde metodologia pedagógica à gestão administrativa, passando por soluções tecnológicas e de software.

O terceiro modelo de gestão relaciona-se aos indicadores financeiros, ou como as empresas que atuam nesse mercado gerenciam seus recursos e produtividade com o objetivo de trazer retorno a seus acionistas, estar à frente da concorrência, ter a marca valorizada pelo mercado e continuar crescendo. O mercado educacional passou a ter competição entre empresas como qualquer mercado econômico, na regra da oferta e procura. Segundo Laval, “quando cada vez mais produtos educativos entram no mercado, quando as escolas tendem a se transformar em empresas concorrentes, há maior comercialização da atividade educacional” (LAVAL, 2019, p. 131).

As empresas do mercado educacional competem entre si para vender a maior quantidade de serviços para o maior número de consumidores-estudantes. A batalha travada no mercado, dentro do aspecto da concorrência, tem como elemento de equilíbrio entre oferta e demanda o seu “preço”, ou seja, o valor estipulado para o “sistema”, “pacote” ou marca do serviço educacional. “O preço é o meio de comunicação de informação pelo qual os indivíduos vão poder coordenar suas ações” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 141). Ora, as empresas do mercado educacional são “desafiadas” a ter um preço que, ao mesmo tempo em que gere lucro e retorno aos investidores, possa atrair um maior número de consumidores-estudantes.

A estratégia para esse desafio é reduzir custos como em qualquer processo de manufatura que busca maior produtividade, menor custo e maior rentabilidade ou lucratividade. No caso das empresas educacionais, tais estratégias são aplicadas através do alto grau de padronização de processos de ensino/aprendizagem, menor tempo de presença do estudante e docente em sala de aula, menor carga horária de cursos, matrizes e/ou componentes replicadas igualmente para diversos cursos, uso de tecnologias em formatos híbridos, entre outras estratégias.

Com tais estratégias, tendo como prioridade a geração de lucros, acaba-se por reduzir significativamente o papel, importância e valorização do docente, que perde volume de horas-aula e seu protagonismo no processo de ensino/aprendizagem. Para gravar uma video-aula, por exemplo, basta um roteiro sobre o conteúdo, normalmente feito por roteiristas com base em textos já disponíveis e um ator que tenha performance midiática em frente às câmeras.

As horas-aulas que sobram para o docente tem seu valor reduzido pela dinâmica do mercado de trabalho que, ao buscar o “equilíbrio” entre oferta e demanda, encontra maior número de docente (oferta) para poucas horas-aulas (demanda), gerando “naturalmente” a depreciação do “preço” da mão de obra do docente. Neste contexto, lembramos que Hugo Assmann afirmava que “a luta pela revalorização e redignificação, salarial e profissional dos docentes adquiriu tal prioridade que muitos já nem se lembram de ancorá-la também no reencantamento do cerne pedagógico da experiência educacional” (ASSMANN, 2014, p.23).

As grandes empresas, no sistema econômico, desenvolvem poder suficiente para impor e exigir ao Estado o tipo de regulamentação que favoreça sua produtividade e ganho em escala. Tal lógica imprime sua marca na concorrência do próprio mercado educacional, de forma que as empresas mais “fracas” – ou aquelas que se recusam a jogar as regras da precarização e padronização – saem da disputa através da falência, aquisição ou fusão. A falência de alguns é o “sucesso” empresarial de outros, criando grandes conglomerados e empresas com diversas marcas e serviços educacionais. Este ponto leva a refletir até onde se pode ir na mercadorização (seguir os padrões do mercado econômico) da educação do ensino superior e na mercantilização (assumir a forma de mercadoria) dos processos formativos.

Nesta relação, quem se pergunta por projetos formativos ou diretrizes pedagógicas de humanização? Se na educação proposta por Freire, a pessoa humana que, se reconhecendo em sua vocação de “ser mais”, enfrenta a condição histórica de desumanização; aqui, passa a ser consumidora e sujeita do sistema econômico, ou melhor, apenas mais um recurso ou peça da complexa engrenagem do mercado educacional dentro do sistema econômico. São modelos em conflito.

A colonização do sistema educacional pelo sistema econômico torna atual a questão proposta por Assmann, quando afirma que “seria um absurdo negar a relevância da educação para conseguir emprego no mundo de hoje [...] é preciso questionar se esta condição necessária é condição suficiente para a empregabilidade dentro da lógica do mercado [...]” (ASSMANN; 2014, p. 20). O sistema econômico administra a insegurança e o medo da exclusão do mercado de trabalho e da sociedade do consumo (opressão) (COELHO, 2021a, 2020) que faz com que o indivíduo busque uma formação, um diploma no sistema educacional que agora está dentro do sistema econômico como mercado educacional, sendo regido por modelos de gestão e avaliado por *performance* financeira, mesmo que tal processo não assegure a sua formação como sujeito humano pleno.

Trata-se de uma modificação nos processos de formação humana que decorrem de alterações na base material com a qual se produz lucro, na economia. Não é uma via de mão única, mas uma relação dialética em que um tipo de doutrina ideológica modifica a economia, e o sujeito humano que a propõe também é modificado em sua formação. A base econômica concreta é bem descrita por Bianchetti e Sguissardi (2017); não só no surgimento de conglomerados educacionais, mas com a inclusão da educação, agora uma mercadoria, nos Acordos da Organização do Comércio (OMC). As negociações no âmbito do comércio, pelo interesse no sistema financeiro e do mercado de capitais pelo setor, levam a autorização do Estado à negociação das empresas do mercado educacional na bolsa de valores, hoje a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), que opera com o índice denominado Ibovespa. Segundo os autores, dois anos após o decreto autorizativo, 50% das mil instituições privadas de ensino superior no Brasil já tinham permissão do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para deixarem de ser instituições sem fins lucrativos e passarem a ser empresas privado-mercantis.

Assim, a partir de 2008 começam as grandes operações de aquisição e fusão das empresas atuantes no mercado educacional, que continuam se ajustando continuamente e sem pudor. Aquilo que é comum em empresas de produtos e serviços no aspecto de movimentação mercadológica (aquisição, fusões, *joint venture*, participações etc.), agora torna-se habitual em empresas educacionais que tratam suas marcas e estudantes como mercadoria. Nota-se que quando um banco compra outro, o que é avaliado são os ativos e a carteira de clientes; agora, o mesmo ocorre com as empresas educacionais, mas são avaliados a estrutura física e o perfil financeiro do alunado (único perfil que tem importância no mercado).

A complexidade adquirida na interseção entre os sistemas educacional e econômico nos permite refletir a partir da relação opressor-oprimido proposta por Freire (2022). No topo estão investidores e sistema financeiro - que pressionam as empresas do setor educacional a devolverem seus investimentos com lucros. Estas, por sua vez, pressionam o Estado a regulamentar e padronizar o modelo pedagógico, como a fomentação de modalidades que reduzem custos - como a EaD (Educação à Distância), deslocada do contexto de facilitar o acesso à educação, para estratégia de potencialização do lucro; a criação da modalidade híbrida (parte do curso presencial ser na modalidade EaD); e, principalmente, a não interferência ou regulação nos preços, na demanda, na oferta e nas movimentações do mercado (aquisições e fusões). Como princípio neoliberal, o mercado deve ser livre e não sofrer interferência por parte do Estado.

Essas modificações criam um paradoxo para com o sujeito humano: para as empresas do mercado educacional, ele é um consumidor dos serviços-cursos que são oferecidos, baseado

nas exigências do sistema econômico. Por outro lado, é um estudante que se forma em um modelo de sociedade, que estará apto a exercer profissões no mercado de trabalho. Na prática, esse indivíduo ora sujeito econômico, ora consumidor, ora estudante, ora formado, é formatado a um processo padrão, reificado, manipulado como “coisa” ou “mero isto”. De modo geral, mesmo o sentido da formação humana deixa de ser um projeto de sociedade e comunidade, para ser a empregabilidade que assegure o sucesso financeiro individual. Trata-se da privatização da finalidade educativa, que deixa de ser uma práxis, um serviço de um humano a outro, para ser um modo de ganhar dinheiro. Aqui, temos a relação entre reificação e fetichismo da próxima reflexão apresentada.

A lógica da interseção dos sistemas educacional e econômico

A relação entre a reificação e o fetiche do mercado capitalista neoliberal foi criticada na tradição latino-americana pelo conjunto de teólogos e filósofos que incorporaram os elementos da denúncia anti-sacrificial (COELHO, 2021c; SUNG; COELHO, 2019). Destacaremos nesta reflexão alguns elementos desta lógica, na relação economia-educação.

O principal pilar desta lógica é a transição da ênfase do sistema econômico que vai da produção (trabalho) para a distribuição (consumo), de forma desigual e estruturante socialmente. O sistema econômico oferece ao indivíduo, como possibilidade de realização humana, a ideia de que a formação ou diploma universitário proporciona uma renda maior, isto é, maior poder aquisitivo de bens e serviços, incluindo-o dentro de grupos ou “tribos” através do *status* e padrão de vida moldado pela sociedade (COELHO, 2021b). Esta lógica Jung Mo Sung (2006) discute ao considerar o indivíduo na busca de estima ou do reconhecimento dos outros; usando como medida de felicidade as mercadorias e produtos, tornando o consumo como sentido maior da vida. Através dos encantos das mercadorias, fascina-se a relação com o sistema econômico. Sung afirma que

A autoestima, com exceção das pessoas com forte convicção do seu valor, depende muito da estima que outras pessoas têm para com ela, isto é, do reconhecimento que se consegue na comunidade ou na sociedade. Por isso não basta possuir riqueza, é preciso mostrá-la, ostentá-la através de bens e consumo desejado por outras pessoas (SUNG; 2006, p.69).

Na argumentação de Sung (2006), discute-se o papel do consumo como medida de uma vida bem-sucedida, da felicidade e até mesmo da decência humana. Indica primeiro sobre a

consciência e segundo sobre a força que o indivíduo, no papel de oprimido, deve fazer para se libertar, principalmente porque há outros elementos que reforçam a opressão e dominam a complexa estrutura socioeconômica-financeira naquilo que Paulo Freire (2022) chamou de invasão cultural. A associação entre dominação econômica e cultural cria medos e ilusões, fazendo com que o oprimido não perceba a consciência ilusória de que vive uma certa liberdade e procura assim viver, orientado ao modelo do opressor.

Coelho (2021c) tem contribuído com esta discussão e afirma que o sistema econômico possui duas faces: uma que expressa a produção da exploração, dominação e exclusão; e outra que gera no ser humano o fascínio de consumo para manter um determinado padrão ou modelo de vida desenhado como “sucesso”, “crescimento”, ou mesmo “merecimento”. Neste contexto, reflete o motivo pelo qual o indivíduo não só continua na lógica de consumo de ambos os sistemas, mas acha “normal” que, para que um seja diplomado e garanta o consumo e *status*, tantos outros devam ser excluídos, do sistema educacional (agora mercado), ou do sistema econômico.

Se o consumo gera diferenciação social e status, se o reconhecimento de sucesso passa pela posse de determinados bens materiais, não seria coerente que todos tivessem acesso a todos os bens desejados. Neste sentido, se a inveja e a concorrência são ‘valores morais’ importantes para o funcionamento da economia, é necessário que alguns consumam mais e, talvez que outros não consumam nada, estando excluído. Resultados sombrios do fascínio capitalista (COELHO, 2021c, p.45).

Se há um fascínio capitalista, que o Estado permite ao deixar o sistema econômico tomar conta da educação superior no Brasil pelo mercado educacional, há a ampliação de um fosso social. A sociedade se divide entre diplomados, aqueles que têm acesso ao ensino superior e irá proporcionar um caminho e uma carreira de sucesso; e não diplomados que, em tese, não terão direito a este caminho. Se a reforma possibilitou o ingresso de milhares de pessoas no ensino superior a partir da década de 1990, vale refletir se há alguma modificação em sua face de exclusão e de exploração, que argumenta Coelho (2021c). De forma aplicada neste referencial, o mercado educacional promete o “céu” para que seus consumidores venham a estudar em determinada empresa/marca, por meio das mídias tradicionais e digitais, enquanto o Estado promove subsídio para quem precisa através de programas e financiamento público.

Uma face desta época é a ampliação do acesso, como “educação para todos”, promessa de pessoas preparadas para o mercado de trabalho. A outra face é que, da totalidade dos formados e diplomados, uma parte conseguirá o emprego, e uma parte muito pequena terá a

renda esperada para o sucesso; enquanto outros tantos continuarão em empregos e cargos que não exigem formação especializada, ou mesmo desempregados, porque o mercado de trabalho, perverso, agora os enxerga como super preparados para a vaga. A dinâmica econômica no sistema educacional cria um contingente de docentes subutilizados, mal pagos e até mesmo desempregados, mesmo sendo mestres e doutores. Também gera cursos em que há aulas sem professores ou doutores como tutores de sistemas semi-automatizados. Ainda, professores mortos que prosseguem ensinando em aulas gravadas como se estivessem vivos, e máquinas que corrigem, fazem devolutivas e comentários em pseudo interação formativa com estudantes.

O cenário atual pode trazer sensação de culpa e um tipo de sofrimento social para os que não têm um ensino superior e se sentem excluídos dos melhores cargos e renda do mercado de trabalho; e mesmo para os diplomados ao não conseguirem a ascensão na carreira, “conquistando” um cargo e uma renda que lhes proporcione consumo para sua aposta de felicidade.

Outros pilares desta lógica estão relacionados com a implantação da produtividade dentro do sistema educacional. Nas empresas, principalmente indústrias de manufatura, quanto maior a produtividade, maior o ganho, o lucro e o retorno. Então a ideia é sempre fazer mais, empregando menor grau de recursos e em menor tempo (SLACK et al., 1999). Nas empresas, a disciplina traz padronização, velocidade e ajuda na produtividade. A divisão de tarefas e etapas de produção permite melhorar a medida do tempo de produção e ganhar escala. Ambos eventos permitem produzir mais, com menor tempo (SLACK et al., 1999).

A educação quando se torna mercadoria, trata de “modernizar” o modelo pedagógico com a finalidade de garantir maior volume de egressos em menor tempo. Não porque o processo educacional precise, mas para garantir maior lucro e retorno aos acionistas investidores.

O tempo foi o primeiro elemento a ser modificado no sistema educacional. Desde a Revolução Industrial, o tempo medido pelo relógio passou a coordenar e dirigir a vida da sociedade. Como afirmou Thompson (1998), a medição do tempo incorporou uma relação simples entre as pessoas, entre o empregado e empregador; entre o estudante e o docente, entre as demais relações sociais e econômicas, de forma que o valor do tempo foi convertido em dinheiro. Para o autor, ninguém mais vive o tempo, mas gasta-o como uma moeda.

Como exemplo disso, no sistema educacional, a aplicação da medição do tempo como produtividade está desde a divisão em série, semestre ou módulo, tempo da aula presencial ou em EaD, na lógica do calendário acadêmico, na distribuição dos tópicos de cada aula, carga horária de duração de cada curso e até mesmo a hora/aula do docente.

Eliminar a exigência de créditos do sistema acadêmico, ou mesmo a modernização das matrizes curriculares suprimindo o sequenciamento obrigatório de componentes, permite que a esteira de “produção” de egressos não pare e viabilize a entrada de estudante mais vezes ao longo do ano em cada curso. A padronização das ementas e dos tópicos ajudam a manter a produtividade, passando assim o modelo pedagógico para o da “repetição”, e não da pesquisa e produção de saber. Mesmo nos cursos presenciais, aumentar o tempo em EaD traz economia em escala, redução de custo com estrutura e principalmente com o trabalho docente. O fundamento desloca-se do processo pedagógico para o critério do custo-lucro.

A otimização e padronização do modelo e processo pedagógico faz com que o sistema educacional ignore o que, por exemplo, Assmann (2014) discute sobre a relação entre a corporeidade e a experiência do tempo. A reflexão é averiguar se há possibilidade do estudante conseguir perceber, sentir e apreciar a experiência do processo do ensino e aprendizagem temporalizados, respeitando a distinção entre tempo e espaço, entre o sentir e perceber do cérebro/mente. O tempo do relógio que Thompson (1998) referiu-se e, atualmente mais do que nunca, rege a vida e seu entorno, escraviza e pressiona a temporalização do cérebro/mente.

O sistema educacional segue a lógica do sistema econômico, fazendo com que o processo de aprendizagem aconteça em massa (para o maior número de indivíduos possíveis) dentro de salas de aulas, reduzindo o espaço de interação entre pessoas, ainda considerando que todos têm a mesma velocidade cognitiva e racional no processo de ensino/aprendizagem, modelo que aproxima de uma indústria de manufatura, de uma linha de produção, uma vez que possui todas as características descrita por Slack et al. (1999): padronização, controle de tempo, ritmo/velocidade, uso otimizado de recursos, produção em volume no mesmo período de tempo.

Porém, por mais que o sistema econômico trate o sistema educacional como uma mercadoria, um produto, o indivíduo permanece um ser humano (corpo, mente e emoções). Assmann (2014) afirma como uma capacidade própria da vida humana a autopoiesis, a propriedade dos sistemas e subsistemas se auto-organizarem e ajustarem ao meio em que estão inseridos, isso de forma muito diferente de um produto ou uma mercadoria. Mesmo como consumidor, trata-se de um ser humano que passa por processo formativo de ensino/aprendizagem, nunca completamente apático, passivo, sem reação. Sempre há uma transformação, positiva ou negativa, decorrente da interação.

A dimensão temporal do processo de aprendizagem não se refere apenas ao tempo cronológico, mas a uma pluralidade de tempos que estão e jogo, conjuntamente na educação: horário escolar, tempo da informação instrucional, tempo da apropriação personalizada de conhecimento, tempo de

leitura e estudo, tempo de auto expressão construtiva, tempo de erro como parte da conjectura e da busca, tempo da inovação curricular criativa, tempo de gestos e interações, tempo do brinquedo e do jogo, tempo para desenvolver a auto-estima, tempo de dizer sim à vida, tempo de organizar esperanças (ASSMANN, 2014, p.232).

O sistema econômico no educacional é contraditório com a necessidade dos tempos mencionados por Assmann, pois sua lógica de produtividade e competitividade forma apenas mão de obra, capital humano com competências. A formação do “capital humano” para o sistema econômico de maneira padronizada e com alta produtividade é difundida quando o mercado de trabalho não exige de todos os cargos e profissões conhecimento, mas sim competências, que Laval define como:

Designamos dessa maneira, portanto, a capacidade de realizar uma tarefa com a ajuda de ferramentas materiais e/ou instrumentos intelectuais. Um operador, um técnico, um especialista, possuem competências profissionais. Nesse sentido, competência é aquilo por que o indivíduo é útil à organização produtiva (LAVAL, 2019, p.77).

Somente o tempo não seria suficiente para expandir a produtividade. É necessário garantir a padronização, haver disciplina dos atores envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Tais recursos podem ser aplicados em toda extensão e abrangência dos sistemas. No sistema educacional, uma avaliação da IES feita pelo MEC medirá o grau de aprendizagem do estudante em sala de aula dentro de métricas padronizadas, ou a eficácia da replicação do conteúdo, ou mesmo o ENADE, que o Estado brasileiro utiliza para metrificar a IES através de parâmetros obtidos em avaliações de larga escala.

Para finalizar, a interseção entre os sistemas econômico e educacional, com a colonização do primeiro sobre o segundo, tem como principal pilar o consumo, que mantém o fascínio e a ideia de que o indivíduo, ao obter um diploma, através da educação do ensino superior, automaticamente terá sua ascensão no mercado de trabalho que proporcionará maior renda e, conseqüentemente, um maior poder de consumo de bens e serviços, que o fará mais “rico” ou mais “feliz”. Na tradição do marxismo, em especial na América Latina, os processos pelos quais as coisas produzidas e/ou mercadorias recebem atribuições de classificação e/ou mediação das relações entre humanos como se fossem sujeitos da ação, define-se como fetichismo. Seu processo inverso, é a reificação, no qual os humanos são classificados pelas coisas e/ou considerados como objetificados. Esta dupla relação, que se desenvolve justamente

na articulação obscura entre base material econômica e significação cultural da vida, está na base deste tipo de análise (COELHO, 2018, 2021c).

O mercado educacional, por sua vez, para manter seus lucros e distribuir maiores dividendos a seus investidores, precisa manter um determinado volume de consumidores-estudantes. Para tanto, trouxe da indústria alguns elementos que permitem maior produtividade e uma linha de produção de egressos, ou seja, o tempo e a disciplina, que, juntamente com alta padronização dos processos e modelos pedagógicos, atrelados com o uso de inovações tecnológicas, transformaram o processo de ensino / aprendizagem numa espécie de “repetição” de conteúdo, fomentando o desenvolvimento de competências e não mais transformando o indivíduo em ser de saberes. Pesquisar, explorar, ler, compartilhar, experimentar, praticar e adquirir conhecimento leva tempo, é um processo contínuo e permite a emancipação da pessoa. O mercado educacional não espera, nem se interessa por este modelo pedagógico, pois tem como critério fundamental outros valores.

Conclusão

O ensino superior no Brasil, mas não só, sob a doutrinação neoliberal, não apenas colabora na hegemonia ideológica desta forma de capitalismo, como também se torna base material em diversos modos: seja ao tornar a educação-mercadoria, seja ao mercadizar sua lógica, seja ao privatizar sua finalidade. Este processo afeta a prática educativa de muitos modos, incluindo a precarização da profissão docente, a transformação do educando em cliente-consumidor, a terceirização dos serviços pedagógicos, a invasão cultural dos conteúdos e formas de ensino-aprendizagem...

Desse modo, “imolados ao altar do mercado”, como sugerem Bianchetti e Sguissardi no subtítulo de seu estudo de referência para o tema, uma importante chave de leitura é a que considera os processos de reificação e fetichismo na educação, temas de uma importante tradição crítica na América Latina. Tão relevantes quanto as contribuições do norte para esta reflexão, são estas produzidas desde o sul global.

Na prática, um projeto nacional de educação superior já não é pauta dos debates políticos, sendo que três conglomerados empresariais possuem diversas “marcas” e franquias em todo território nacional, ofertando todos os tipos de cursos e modalidades. Esta situação não está restrita ao ensino superior, mas atinge toda a educação entendida como mercado educacional.

Que tipo de prática e crítica colabora para superar um processo de ensino/aprendizagem em que o estudante é consumidor e parte de uma engrenagem complexa, ambiciosa, perversa e poderosa? De que modo a sociedade, enquanto comunidade humana, é desafiada a assumir o debate público sobre um projeto de educação em vistas do coletivo em uma finalidade pública?

O ponto a refletir é sobre o modelo pedagógico, que possui implicações éticas e antropológicas, além de políticas para se pensar na formação do indivíduo como ser humano e não somente um sujeito econômico fetichizado.

Por último, tais desafios urgem a valorização e o retorno do engajamento do profissional docente, não apenas em suas condições materiais de existência e exercício da profissão, mas também da superação em vistas do mundo necessário.

Referências

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2014.

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade**. Campinas: Mercado De Letras; 2017.

CASSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo na educação. **Revista USP**, 2020, p.53-68.

COELHO, Allan da Silva. Superar a educação cúmplice da exclusão da juventude. **Revista Espaço Acadêmico**. v.11, n 129, 2012.

COELHO, Allan da Silva. Horizontes de plausibilidade sob a crítica da filosofia: entre luzes, horrores e vítimas. **Rev. Reflex**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 3, p. 34-51, set. 2018.

COELHO, Allan da Silva. Conhecer no/pelo sofrer: a vítima como sujeito no testemunho e na transgressão. **Horizontes**, v. 38, n. 1, p. e020055, 2020.

COELHO, Allan da Silva. Paulo Freire e o Papa Francisco: diálogo sobre discernimento e educação ecológica na Laudato Si. **Rev. Pistis Prax.**, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 912-930, maio/ago. 2021a.

COELHO, Allan da Silva. Fé capitalista e a devoção dos cristãos: o sacrifício dos direitos dos pobres. *In.* ALMEIDA, F.; CHACON, F. (org.). **Fé cristã e direitos humanos**. São Paulo: Loyola, p. 281-292, 2021b.

COELHO, Allan da Silva. **Capitalismo como religião**: Walter Benjamin e os teólogos da libertação. São Paulo: Recriar, 2021c.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio para a sociedade neoliberal. Trad. M. Echalar, São Paulo: Boitempo, 2016.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS - DEED. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2023. [recurso eletrônico] Disponível em https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 82. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

JAMESON, Fredric. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre a globalização**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Trad. M. Echalar, São Paulo: Boitempo, 2019.

MALAFATTI, Fernanda. **Educação em direitos humanos na perspectiva da justiça: as vítimas e a reinvenção do mundo**. 2022, 187f. Tese (Doutorado em Educação) –Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP, Piracicaba, 2022.

MALI, Tiago, Mercado de ensino superior tem concentração recorde. **Poder 360**, Brasil à Frente, 24 de dezembro de 2022, Brasília. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mercado-de-ensino-superior-tem-concentracao-recorde/>. Acesso em: 08 mar. 2023.

SLACK, Nigel *et al.* **Administração da produção**. Trad. H. Correa e I. Gianesi. São Paulo: Atlas, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.

SUNG, Jung Mo. **Educar para reencantar a vida**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SUNG, Jung Mo; COELHO, Allan da Silva. Capitalismo como religião: uma revisão teórica da relação entre religião e economia na modernidade. **Horizonte**. Belo Horizonte, v. 17, n. 53, p. 651-675, maio/ago. 2019.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Sobre os autores

Fernando Rodrigo Andrian: Fernando Rodrigo Andrian é graduado em Administração (PUC-Minas) e mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco.

E-mail: fernando.andrian@gmail.com

Allan Silva Coelho: Allan da Silva Coelho é graduado em Filosofia (UNIFAI), tem mestrado e doutorado em Ciências da Religião (UMESP). Fez pesquisa de pós-doutorado na EHESS, em Paris. É pesquisador no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade São Francisco.

E-mail: allan.filos@gmail.com